

## Dirigentes da ADUFPB apresentam reivindicações dos professores ao Ministro da Educação

O presidente da ADUFPB, professor Iedo Leite Fontes, e o coordenador do Conselho de Representantes, professor Tadeu Azevedo, foram recebidos pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque, quando ocorreu sua visita a João Pessoa, no último dia 5. Os representantes dos professores da UFPB relataram-lhe a difícil situação dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs), tanto no que concerne à questão salarial quanto no que diz respeito à capacitação, às condições de trabalho e à perspectiva de uma enxurrada de aposentadorias, decorrentes da onda de boatos que se espalhou desde que foi anunciada a reforma da Previdência.

Iedo Fontes fez ver o Ministro ver que o anseio de todos os professores é o de que a categoria possa trabalhar com tranquilidade, sem greves, e contribuindo efetivamente para que o país supere a difícil situação em que se encontra hoje, seja no campo energético, no combate à fome e ao analfabetismo ou em qualquer outro setor em que as atividades dos docentes e pesquisadores se façam necessárias. No entanto o presidente da ADUF salientou que para que isso aconteça se faz urgente, no entanto, a implantação de um novo Plano

de Cargos e Salários (PCS) que rompa com o desencanto ora reinante no seio da categoria e que sirva como motor, para que os objetivos ora propostos venham a ser atendidos. Iedo acredita que só assim se poderá contribuir para a construção de uma Universidade pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Cristovam Buarque respondeu que via com simpatia a idéia de um Plano de Cargos e Salários e indicou o professor Carlos Augusto Moreira Júnior, titular da Secretaria de Ensino Superior (Sesu) do MEC para discutir o assunto com os representantes da ADUFPB. O Ministro enfatizou, no entanto: "sou advogado dos professores, mas o meu patrão é Lula".

O PCS é uma reivindicação antiga dos professores da UFPB, que o vêem como a possibilidade de salários dignos, de acordo com a titulação, com a produção acadêmica, com o tempo de serviço e com o trabalho de pesquisa, o que, efetivamente, não ocorre hoje.

A proposta será apresentada pelo professor Iedo Leite Fontes no Congresso Nacional da Andes/Sindicato Nacional, o qual vai realizar-se em Teresina (PI), de 8 a 13 de março próximo.

# Presidente da ADUF participa de 'Ato contra a guerra de Bush'

O presidente da ADUFPB, professor Iedo Leite Fontes, foi um dos debatedores do *Ato contra a guerra de Bush - em apoio ao povo iraquiano*, promovido pelo PCdoB com apoio da ADUFPB/Seção Sindical. O ato foi realizado na noite de terça-feira, 11 de fevereiro, no auditório da Associação Paraibana de Imprensa (API), que ficou pequeno para acomodar as pessoas que foram participar do evento. O outro debatedor foi o jornalista José Reinaldo Carvalho, que na ocasião lançou o livro *Conflitos internacionais num mundo globalizado - Palestina, Iraque, Venezuela e a hegemonia americana*, publicado pela editora Alfa-Omega. Reinaldo é vice-presidente do PCdoB e responsável pelo Departamento de Relações Internacionais do partido. Para ambos os palestrantes, a questão básica que está levando George Bush a querer invadir o Iraque é o petróleo.

Iedo Fontes acredita que o propósito do governo Bush é liquidar a experiência de luta do povo palestino, apropriar-se do petróleo do Iraque, destruir a revolução bolivariana e continuar o bloqueio que há mais de 40 anos massacrava o povo cubano, além de agora ter escolhido o Iraque como seu próximo alvo. Para Iedo, se os norte-americanos invadirem o Iraque haverá um desordem internacional. "Todos os estados-nação do mundo ficarão à mercê dos Estados Unidos, se isso acontecer. Temos que derrotar essa agressão americana, através de uma ampla mobilização. No entanto, é preciso que o governo brasileiro, um governo democrático e popular, diga ao povo que esta guerra é muito perigosa para o mundo, e que precisamos nos unir para impedir que ela venha a acontecer", alertou Iedo, acrescentando que o Brasil precisa negociar com o Iraque, nem que seja trocando alimentos por petróleo.

O presidente da ADUF aproveitou para falar da visita que fez ao Iraque em abril último, e contou que foi surpreendido ao deparar com um país de um povo solidário e simpático com os brasileiros, e que Bagdá, apesar de arrasada pelos EUA na última guerra, foi totalmente reconstruída e é hoje uma cidade muito bonita.

José Reinaldo, por sua vez, fez questão de frisar que os Estados Unidos não têm qualquer preocupação humanitária com o Iraque, embora usem,

como argumento para convencer o mundo a apoiar a invasão, fatos que segundo afirmam afetariam os direitos humanos do povo iraquiano.

"Os Estados Unidos têm uma dívida colossal, de mais de US\$ 13 trilhões, entre dívida externa e dívida interna, o que representa um PIB brasileiro por ano, e no entanto impõem a países como o Brasil um superávit primário. Na verdade os norte-americanos vivem uma crise estrutural, a mais grave crise da História contemporânea. Eles não conseguem mais produzir o que consomem e por isso têm que ir buscar nos outros países - dos quais se julgam proprietários - o que lhes falta", afirmou Reinaldo, acentuando que os procedimentos adotados pelos EUA para atingir seus objetivos põem em xeque a sobrevivência da raça humana.

Vários representantes de instituições entrevistaram após as falas dos debatedores para fazer perguntas ou para externar sua opinião sobre o assunto em pauta, a exemplo de Arimatéia França, presidente da CUT/PB, Agamenon Sarinho, presidente municipal do PCdoB, Roberto Freire, da diretoria do Sindicato dos Servidores da Justiça Federal, dentre outros. Fizeram parte da mesa, o presidente estadual do PCdoB, Simão Almeida, o jornalista Oduvaldo Batista, representante da API, e Marcos Rosa, representando a Codisma, cooperativa de serviços administrada por professores da UFPB.

## Diretores participam de encontro de solidariedade ao povo do Iraque

ADUFPB também se fez presente ao Encontro de Solidariedade ao Povo do Iraque, no dia 14 último, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em João Pessoa. O presidente Iedo Fontes, a diretora de Política Sindical, Aparecida Bezerra e Terezinha Diniz, diretora de Assuntos de Aposentadoria, participaram do evento. O encontro foi organizado pela CUT-PB, com apoio da ADUFPB e do Diretório Central dos Estudantes da UFPB, e reuniu representantes dos poderes executivo, legislativo, judiciário, do clero e da sociedade civil, além de representantes de partidos políticos e dirigentes de entidades comunitárias.

Compuseram a mesa dos trabalhos,

que foi presidida pelo presidente da CUT, Arimatéia França, o arcebispo Dom Marcelo Carvalheira, o deputado Luiz Couto, pela Câmara Federal, o advogado Vital do Rego Filho, secretário de Cidadania e justiça, que representou o governador do Estado, Cássio Cunha Lima, a juíza Maria das Neves do Egito, representando o poder judiciário, o deputado estadual pelo PT Rodrigo Soares, Agamenon Travassos Sarinho, presidente municipal do PC do B, Marcos Vinicius, representando a Anistia Internacional, e Lissandro Saraiva (Tanque), pelo PSTU.

Todos os discursos convergiram para um só ponto: é preciso protestar contra a decisão do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de atacar o Iraque.

## Convênio para compra de medicamento é cancelado

A ADUFPB cancelou o convênio com a associação Paraibana de Defesa dos Consumidores e Usuários de Medicamentos (APDCM-PB), que visava à compra de medicamentos com desconto. Segundo o atual diretor de Cultural, Heleodório Honorato, como a associação não cumpriu sua parte no contrato, a direção da ADUFPB resolveu cancelar o convênio, para que nenhum associado viesse a ser prejudicado.

## Nova diretoria assumiu em janeiro

Desde o dia 17 de janeiro a ADUFPB/Seção Sindical tem nova diretoria, eleita no dia 15 do mesmo mês. Duas chapas disputaram a eleição: Chapa 1, *ADUFParatodos*, foi a vencedora, com uma diferença de 370 votos, e a Chapa 2, *Por uma nova ADUF*, que obteve 253 dos 923 votos válidos. O mandato dos novos dirigentes será de dois anos, encerrando-se no final de 2004.

A solenidade de posse da nova diretoria, que tem como presidente Iedo Leite Fontes, do (CCJ), foi realizada na sede sociocultural da entidade, na praia do Cabo Branco, com a participação de um grande número de sócios.

Dos 2.066 professores aptos a votar, compareceram 923. Desses,

623 votaram na Chapa 1. A abstenção foi considerada normal pela diretoria da ADUF, tendo em vista que grande número dos sócios se encontrava ausente dos seus locais de trabalho, passando por processo de capacitação em outros estados e até em outros países.

O novo presidente afirmou no seu discurso de posse o compromisso de defender as causas dos professores, bem como a participação da ADUFPB nos grandes debates nacionais. Para Iedo, é necessário resgatar a auto-estima dos professores, que são uma importante célula da sociedade.

A nova diretoria da ADUF está assim composta: presidente - Iedo Leite Fontes, vice-presidente - Valter Inácio de Paiva, secretária geral - Silene Costa Maia, Tesoureiro - José Ramos

do Amaral Filho, Diretor de Imprensa e Divulgação - Derval Gomes Golzio, Diretora de Política Sindical - Maria Aparecida Tavares Fialho Bezerra, Diretora de Política Educacional e Científica - Galdino Toscano de Brito Filho, Diretor de Política Social - Homero Catão Maribondo da Trindade, Diretor Cultural - Heleodório Honorato dos Santos, Diretora de Assuntos de Aposentadoria - Terezinha Diniz, Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus de Areia - Jesiel Ferreira de Souza, Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus de Bananeiras - Robson Henriques Sobral, Suplente da Secretaria - Severino Francisco de Oliveira, Suplente de Tesouraria - Jamilton Alves.

### SOLENIIDADE

## Empossados os novos conselheiros

Os novos titulares e suplentes do Conselho de Representantes foram empossados ontem (19/02) à tarde, em solenidade realizada na sala de leitura da sede da ADUFPB, no Centro de Vivência. Na reunião que se seguiu à posse foram escolhidos o novo coordenador e o secretário do Conselho, respectivamente, professores Benedito Rogério Aragão e Valdemir Lopes de Andrade.

A eleição dos conselheiros ocorreu em 15 de janeiro último, quando foi eleita a Diretoria Executiva. Ao todo são doze novos titulares e treze suplentes, os quais preencheram as vagas existentes no Conselho, e terão mandato válido até 2004. São os seguintes os professores que tomaram posse:

CCEN - Felinto de Souza Neto, Everaldo Moreira da Costa, João Bosco Lucena de Oliveira e José de Queiroz Caluête. CCHLA - Carlos José Cartaxo, Maria Otilia Telles Storni, Edna Tania F. da Silva, Maria de Fátima Leite Gomes, Iranise Alves da Silva e Vanda Maria de Sousa Alvarenga. CCJ - Maria Ligia Malta de Farias. CCS - José da Paz Oliveira Alvarenga, Clélia A Simpson de Miranda, Roosevelt de Carvalho Wanderley e Nivalson Fernandes. CCSA - Soriano de Souza Lima, Márcia da Silva Costa e Nadja Valéria Pinheiro. CE - Pedro Jusselino Filho e Marta Cristina de O Farias. CT - Alexandre Azedo Lacerda, Antonio Luiz Albuquerque Gomes, Hermano José Toscano Moura, Eridon Celso Pereira e Teresa Maria de Almeida Cabral.

### XXII CONGRESSO DA ANDES

## Assembléia vai escolher delegados da ADUFPB

Os 16 representantes da ADUFPB no XXII Congresso da Andes serão escolhidos em votação na Assembléia Geral desta quinta-feira, dia 20. Serão onze delegados e cinco suplentes. O Congresso anual da ANDES será realizado em Teresina (PI), de 8 a 13 de março próximo, no Rio Poty Hotel. O tema do Congresso, este ano, é *Transformação Social e Políticas de Educação, Ciência e Tecnologia*. Qualquer associado da ADUFPB poderá se inscrever e submeter seu nome à apreciação da assembléia, para participar como delegado da entidade no evento, bastando para tanto comunicar sua pretensão à Mesa Diretora da AG.

AREIA E BANANEIRAS - As Secretarias Adjuntas dos Campi de Areia e Bananeiras realizaram Assembléia Geral na última terça-feira, com a mesma pauta da AG de João Pessoa, ou seja, Informes, Processos Ajuizados e Eleição para Escolha de Delegados ao XXII Congresso da ANDES-SN. Em Areia, compareceram 27 professores, que escolheram o secretário adjunto Jesiel Ferreira de Souza para representá-los no Congresso da ANDES. Em Bananeiras, os 32 associados indicaram Robson Henriques Sobral como delegado.

# Boletim ADUFPB

Ssind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior - Afiliado à CUT

UFPB, João Pessoa - Paraíba

Maio de 2003 - Nº 31

## PREVIDÊNCIA

# Jandira Feghali e José Pimentel vêm debater a reforma com os professores

A Diretoria da ADUFPB estará promovendo, no próximo dia 30, no Cine Bangüê do Espaço Cultural José Lins do Rêgo, um debate sobre o Projeto de Reforma da Previdência com os deputados federais Jandira Feghali (PcdoB-RJ) e José Pimentel (PT-CE). O debate terá início às 9h30min e faz parte da programação elaborada pela ADUF com vistas à ampla discussão da reforma da previdência, a fim de que os professores possam discutir amplamente o assunto e esclarecer as dúvidas que porventura tiverem.

Várias instituições estão apoiando a iniciativa do sindicato, a exemplo da CUT, do Pcdob e do PT, além de sindicatos, como o Sindifisco, e outras entidades, como Sebrae e Fiep

O presidente da ADUF, Iedo Leite Fontes, disse que a iniciativa de trazer os dois parlamentares para discutir com os associados deve-se ao fato de ambos serem especialistas no quesito previdência, e por isso podem dar uma importante contribuição no sentido de explicar em detalhes o teor do projeto do governo e quais as conseqüências

para os docentes

**Nos centros** - Durante toda a semana passada, como também ontem, a ADUF realizou uma série de debates sobre o projeto de reforma da previdência nos diversos centros do Campus João Pessoa, para que os professores ficassem devidamente informados a respeito do tema e pudessem tomar uma posição na assembleia que se realiza nesse dia 20, já que consta da pauta um indicativo de greve motivado exatamente pela questão da reforma.

## Presidente da Andes estará em João Pessoa dia 23

Na próxima sexta-feira, dia 23, o presidente da ANDES/Sindicato Nacional, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, estará na UFPB para discutir o projeto de reforma da previdência com os professores. O encontro será às 9 horas, no Auditório do Centro de Tecnologia (CT).

O professor Luiz Carlos Lucas está no Nordeste desde ontem (19/05), e começou por Recife (ADUPE) e Arcoverde (ADESA), em Pernambuco, a série de debates. Hoje ele estará em Campina Grande (ADUFCG e ADUEPB), amanhã vai a Patos (ADUFCG) e Cajazeiras (ADUC), na quarta-feira estará em Mossoró (ADUERN) e Natal (ADURN) e, na sexta-feira, em João Pessoa, onde terá como anfitrião a ADUFPB.

A vinda do presidente da ANDES faz parte de um cronograma de atividades que estão sendo desenvolvidas pelo sindicato nacional sobre a questão da reforma da previdência.



## CMN entrega documento a parlamentares

A diretora de Política Sindical da ADUFPB, Aparecida Bezerra, esteve em Brasília de 12 a 16 últimos, participando da Semana de Mobilização da ANDES, entre os convocados para compor a Comissão Nacional de Mobilização-CMN. O grupo, que incluía ainda representantes da ASPUV, ADFCAP, ADUFMAT, APROFURG e ADUFCG, visitou os gabinetes de parlamentares de vários partidos para entregar uma coletânea de documentos elaborados pela diretoria do Sindicato Nacional, com o título *Reforma da Previdência: subsídios para a compreensão do debate*, além de participar de várias outras atividades.

A cada semana a ADUF tem enviado um representante para integrar a CMN e acompanhar de perto as discussões que são travadas em Brasília quanto às questões que dizem respeito aos professores das Ifes.

# CONCEITOS

## Inscrições abertas para a edição nº 9

Estão abertas até o dia 6 de junho próximo as inscrições de trabalhos a serem publicados na próxima edição da revista *Conceitos*, a de número 9. Podem publicar artigos, ensaios, crônicas ou poesias professores sindicalizados. Os artigos científicos devem ter entre cinco e 15 páginas, digitadas em Word, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço dois, em folha A4.

As normas completas para publicação estão na home-page da ADUF ([www.adufpbjp.com.br](http://www.adufpbjp.com.br)), foram enviadas por e-mail para todos os professores que têm seu endereço eletrônico cadastrado e estão afixadas na sede do sindicato.

O Conselho Editorial se reúne no dia 9 de junho para escolha dos trabalhos que estiverem de acordo com as normas. O lançamento da revista deverá ser em julho.

*Conceitos* é uma publicação semestral da ADUFPB voltada para a produção acadêmica, cultural e artística dos docentes da UFPB, e privilegia ensaios e artigos sobre educação, política e divulgação científica. A partir da próxima edição serão introduzidas modificações na linha editorial. Será eleito um tema central, que pela pertinência, será a Reforma da Previdência, sobre o qual serão publicados dois artigos, um contra e outro a favor, e uma entrevista com um *expert* no assunto.



### NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

■ 1. A Revista *Conceitos* é dedicada à publicação da produção acadêmica, cultural e artística dos docentes da UFPB, privilegiando ensaios e artigos sobre educação, política e divulgação científica.

■ 2. Só serão aceitos textos em Língua Portuguesa, com no máximo 15 páginas e no mínimo cinco, incluindo referências bibliográficas e notas, de acordo com a tipologia gráfica determinada no item 5 dessas normas.

■ 3. Não deverão ser incluídos resumos, palavras-chave, abstract, etc.

■ 4. O autor - ou autores - deverá informar sua função, instituição e qualificação.

■ 5. Os textos devem ser digitados em Microsoft Word, fonte Times New Roman, corpo 12 (doze), espaço 2 (dois) e impressos em folha ofício A4, numeradas no canto superior direito. Obs.: As páginas do texto devem ser entregues grampeadas.

■ 6. Gráficos ou qualquer outro tipo de imagem devem vir separados do corpo do texto.

■ 7. O autor deve ser sindicalizado da ADUFPB ou colaborador da Revista.

■ 8. Cada autor só poderá publicar 1 (um) artigo a cada 2 (duas) edições da Revista.

■ 9. As notas de rodapé deverão ser digitadas na página correspondente à citação.

■ 10. Referências bibliográficas deverão ser citadas de acordo com as normas da ABNT.

■ 11. Os trabalhos devem ser entregues, prioritariamente, na sede da ADUFPB, no Centro de Vivência, em disquete e com 2 (duas) cópias impressas. Caso haja algum empecilho para isso, poderão ser enviados para o e-mail [adufpbjp@openline.com.br](mailto:adufpbjp@openline.com.br). Nesse caso, só serão considerados os e-mails que tiverem confirmação de recebimento pela ADUFPB.

■ 12. Anexos, (questionários, depoimentos e outros) não serão publicados ou incluídos na Revista.

João Pessoa, 9 de maio de 2003.

Conselho Editorial da Revista *CONCEITOS*

## Sede de Leitura

### Vários trabalhos inscritos para a 1ª edição do ano

A primeira edição desse ano do Projeto Sede de Leitura será no próximo dia 30 (sexta-feira), a partir das 20 horas, na Sede Sociocultural, na praia do Cabo Branco. Vários professores já inscreveram livros para lançamento, a exemplo de Alex Santos, *Cinema e televisão - uma relação antropofágica*, Carlos Cartaxo, *O ensino das artes cênicas na escola fundamental e média*, José Francisco de Melo Neto, *Política & mudança - perspectivas populares*, Marcos A. R. Barros, *O espirógrafo*, Rubens Pinto Lyra (Org.), *Direitos humanos -*

*os desafios do século XX* e Rinaldo de Fernandes, *O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. Além do lançamento dos livros, pelo menos uma exposição já está confirmada, a da professora aposentada Claudet Coelho, *Pedras plantadas e plantas miniaturizadas*, pequenos jardins em pedras e plantas em miniaturas pelo controle de rega.

O diretor cultural Heleodório Honorato informou que após a solenidade oficial será oferecido um coquetel aos autores e convidados, e em seguida haverá apresentação de um grupo musical.

### Areia faz festa para aposentados

A Secretaria Adjunta do Campus de Areia vai realizar no dia 18 de junho uma assembléia para homenagear os professores aposentados. Segundo o secretário, professor Jesiel Ferreira, depois da assembléia haverá uma festa junina com direito a churrasco, comidas típicas e forró pé-de-serra.

Trata-se da primeira promoção daquela secretaria adjunta desde que Jesiel foi empossado no cargo. Ele acredita que o comparecimento dos associados será maciço.

## PREVIDÊNCIA

# Não à reforma que reduz direitos

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA ADUFPB, PROFESSOR IEDO LEITE FONTES, NO DIA 30 DE MAIO DE 2003, NA ABERTURA DO DEBATE SOBRE REFORMA

DA PREVIDÊNCIA, COM OS DEPUTADOS FEDERAIS JANDIRA FEGHALI (PCDoB-RJ) E JOSÉ PIMENTEL (PT-CE), REALIZADO NO AUDITÓRIO DA REITORIA DA UFPB.

A Constituição Federal de 1988 é a Lei Suprema do País legitimada pela sociedade brasileira, que participou da sua elaboração. Consolida muitas conquistas da classe trabalhadora, entre as quais o direito à seguridade social.

O Partido dos Trabalhadores e seu principal dirigente, o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, jogaram papel fundamental na luta por essas conquistas e na sua intransigente defesa, ante a imediata ofensiva demolidora dos grupos dominantes.

O argumento central do governo e de seu partido tornou-se nesse momento insustentável: a condução de reformas constitucionais feitas entre quatro paredes, com concessões lesivas aos direitos dos trabalhadores, tendo como moeda de troca acertos que não condizem com a nossa história recente. Portanto, carece de legitimidade e deve ser rechaçada por toda a sociedade com força de decisão.

Inclino-me a juntar-me àqueles que retomam a bandeira levantada por Lula e seu partido. Os homens e partidos das classes dominantes defendem interesses; os que buscam mudanças apegam-se a princípios.

Entende-se por Seguridade Social o tripé Saúde, Assistência Social e Previdência. Toda a sociedade (trabalhadores, empresários e Estado) contribui para a formação desse fundo de Seguridade Social, e a ninguém escapa a idéia de que os recursos carregados para o Fundo de Seguridade Social são superavitários. É totalmente descabido vincular contribuições específicas para fins específicos. Insisto: a contribuição é



específica; o uso dos recursos é geral, para a Saúde, Assistência Social e Previdência. Dessa forma, quando se justifica a urgência da reforma de previdência, face ao presumível rombo no balanço receita/despesa dessa conta, está-se usando de má-fé para conseguir objetivos dissimulados.

Elisão e evasão fiscais, corrupção, incompetência administrativa, irracionalidade funcional, uso abusivo do poder e muitas outras mazelas e imperfeições acometem desde sempre o setor público, alheio ao monitoramento social. A previdência tem sido, no entanto, cenário preferencial de muitos fatos elucidativos da degradação a que foi submetida ao longo de sua existência. No período mais recente, a Grande Imprensa tem focado sua atenção prioritária para tais fatos, quase sempre exacerbados à revelia, na orquestração concertada para desacreditar a previdência pública e, assim, ganhar o apoio da sociedade na investida do setor financeiro hegemônico ao projeto de previdência complementar, sob o controle do baronato da iniciativa privada.

Se o governo pretende efetivamente sanar a Seguridade Social e, em

particular, a previdência, deveria, antes de sequer discutir a reforma que está sendo imposta, promover a criação da CPI e realizar profunda auditoria para trazer à luz as responsabilidades e punir exemplarmente os autores de tantos crimes contra os interesses do povo brasileiro.

Bem sabemos que não se realiza redistribuição de riqueza e renda sem contrariar interesses, quando milhares de beneficiários usufruem situação relativamente privilegiada neste quadro perverso de dan-tesca realidade social.

Disto estamos conscientes e compreendemos a importância em se estabelecer piso e teto para os beneficiários da previdência. Também parece justa a criação da previdência complementar, porém, sob o domínio exclusivo de bancos oficiais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e não como dádiva ao capital especulativo.

Nunca é tarde para lembrar que o governo coloca em primeiro plano a reforma da previdência com propostas lesivas às conquistas sociais dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que relega para segundo plano a reforma fiscal-tributária. Como pano de fundo tem-se que, apenas no primeiro trimestre deste ano, o lucro líquido dos bancos cresceu mais de 35% (fruto da taxa de juros elevada e da volatilidade do câmbio), saltando de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 2,2 bilhões.

Reforma da previdência, sim, porém, na ordem prioritária de reformas que o planejamento estratégico deve prever no contexto das transformações estruturais que o Presidente Lula comprometeu-se a realizar em nosso País.

# Boletim ADUFPB

Ssind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior - Afiliado à CUT

UFPB, João Pessoa - Paraíba

ESPECIAL: PREVIDÊNCIA EM DEBATE

Julho de 2003 - Nº 32 (a)

## Greve, outra vez...

DERVAL GOLZIO

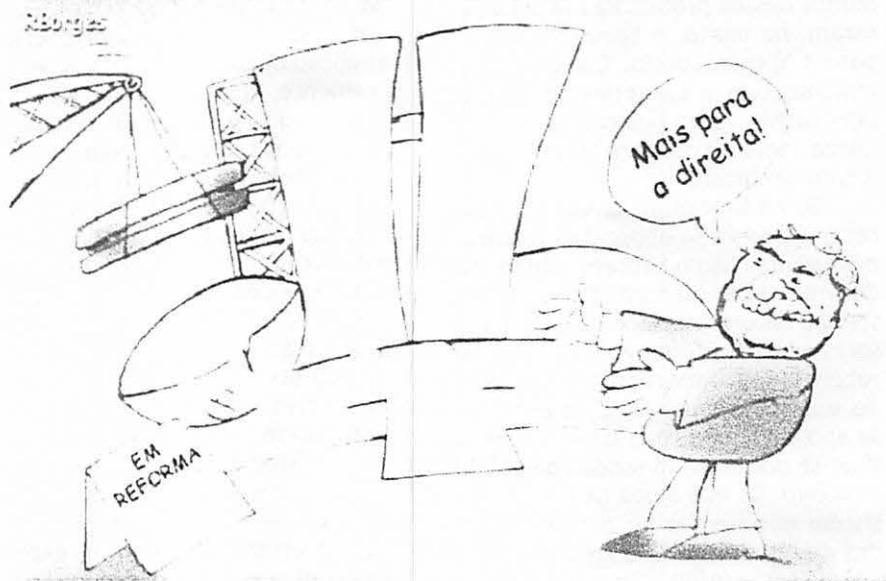
Não bastasse FHC a chamar aos funcionários públicos de "vagabundos", durante boa parte dos seus oito longos anos de mandato, eis que, novamente, a carga é detonada pelo governo Lula. Agora os trabalhadores da União são classificados de privilegiados e responsabilizados pela futura quebra do sistema previdenciário do país. Pobres de nós, professores universitários que acreditávamos que a Universidade Pública teria mais respeito num governo que ajudamos a construir.

Ao contrário do que se pensava, o Governo Lula só tem agravado os problemas já existentes nas Universidades públicas. O aumento de 1% teve efeito apenas de um cisco no olho se compararmos com a proposição da Emenda Constitucional que reforma o Sistema Previdenciário atual. De imediato, os professores - e funcionários de um modo geral - que já se aposentaram poderão perder 10% de seus vencimentos depois de descontado o aumento ainda não efetivado pelo Governo.

Mas é só isso. Os futuros professores aposentados poderão perder muito mais. Um doutor, por exemplo, que após seus 60 anos de vida resolver se aposentar, poderá perder mais que 50% de seu salário. Melhor não vestir o pijama de aposentado e morrer nos desgastados espaços dedicados ao ensino, atolando o nariz no pó de giz ou na poeira que invade as salas de aula.

Mesmo que a proposta de reforma fosse retirada neste momento, o governo Lula poderia ser responsabilizado por um dos golpes mais cruéis sobre a Universidade Pública brasileira. Ao lançar, de afogadilho e contrariando o que havia pregado (em críveis bravatas) por 12 anos de candidatura, a PEC 40, provocou uma avalanche de solicitações de aposentadorias por parte de professores receosos de perder direitos.

As universidades públicas morrem aos poucos, por falta de repasse de verbas, por falta de autonomia, por falta de incentivo à pesquisa e, neste momento, por golpe na sua mão de obra mais qualificada. Amanhã virá o fim do 13º salário, de acordo com especulações do



Ministro do Trabalho. Virá a cobrança de mensalidades (poderá ser depois de concluída a graduação), segundo o Ministro da Educação. Só falta algum ministro dizer que no futuro as IES públicas poderão passar por um processo de fusão e de privatização.

Se só Deus pode impedir que se façam as Reformas Constitucionais, o *Messias* empossado no Palácio do Planalto terá, por fim, fechado com chave de ouro o fim das Universidades Públicas. Tudo pela melhor distribuição de renda, da inclusão social. Mesmo que para isso tenha que centrá-las sobre o funcionário público. Aos banqueiros, única categoria que aplaude irrestritamente o governo Lula agora, apenas afagos. A distribuição de renda será restrita para os funcionários públicos e os 40 milhões de excluídos.

Os professores universitários reunidos em Vitória (ES), no 46º Conselho Nacional de Associações Docentes (Conad) acreditam que ainda podem evitar mal maior e propuserem resistência. A fórmula adotada ainda é a mesma utilizada pelo então metalúrgico Luiz Inácio da Silva, e posteriormente de Lula da Silva, presidente do PT, partido de oposição: a greve.

Com ela, uma série de procedimentos devem estar acompanhados. O

constrangimento é fundamental. Lula propõe 2 mil e 400 reais como teto para aposentadoria quando possui uma de 3 mil e 900. Aposentou-se aos 51 anos de idade e sem que tivesse cumprido os 35 anos de serviço e contribuição. Tudo bem. Sabemos que algum militante petista pode dizer que o trabalho nobre de ter realizado a greve dos metalúrgicos do ABC em plena ditadura militar e seu posterior encarceramento por um mês justifiquem o aquinhoamento do valor da combalida viúva. Digamos, em resposta, apenas que Lula não é cortador de cana, portanto, um privilegiado torneiro mecânico.

E aos deputados petistas deixemos transparecer nossa insatisfação. Mesmo que eles sejam professores aposentados. Digamos que já não contarão mais com nossa simpatia, com nosso voto. Ao contrário, digamos sempre que são pessoas pouco confiáveis, temperamentais e que mudam fácil de opinião e comportamento. Que eles ou alguém que eles apoiem para ocupar a administração de um município não merecem sequer a nossa consideração nas eleições para prefeito de 2004.

■ Derval Golzio é professor do Depto. de Comunicação da UFPB e diretor de Imprensa e Divulgação da ADUFPB.

# A universidade pública e a Previdência

CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ

Milhares de professores em nossas universidades públicas estão angustiados. Não querem se aposentar, mas estão se sentindo compelidos a fazê-lo por causa da reforma da Previdência em discussão. Gostam de seu trabalho e o fazem com enorme dedicação, superando rotineiramente suas jornadas de trabalho exigidas por lei. Muitos desses professores já ultrapassaram, há muito, o tempo de serviço para a aposentadoria. Como o conhecimento tem a característica de ser cumulativo, essas pessoas são uma riqueza inestimável para o desenvolvimento do Brasil.

Só na Unicamp, há 421 professores que podem se aposentar imediatamente, mas não o fizeram. Outros 127 docentes já aposentados continuam a serviço da universidade, como professores colaboradores voluntários, sem receber nenhuma remuneração além de sua aposentadoria. Os que podem se aposentar, mas não querem, angustiam-se por estarem sendo compelidos a fazê-lo. Os que ainda não podem assistem impotentes ao perverso rumo das discussões sobre a reforma.

Esses professores optaram por trabalhar numa das mais importantes universidades públicas brasileiras; agora se vêm punidos pela escolha que fizeram, ao serem desconsiderados os direitos que lhes foram prometidos então, em troca de uma vida de ganhos inferiores aos que poderiam obter em instituições privadas, frequentemente com melhor remuneração, mas com menor capacidade de realização acadêmica. A reforma proposta pelo

Executivo não se dignou nem a essa preocupação básica numa sociedade civilizada: regras de transição decentes e minimamente justas.

Diante desse quadro, é com a mais absoluta perplexidade que vemos o Executivo federal incluir esses dedicados professores entre os responsáveis por eventuais problemas relativos à capacidade de cumprir os compromissos da Previdência. A propaganda oficial, ao comparar sua proposta de reforma a importantes avanços ocorridos em nossa história, como a abolição da escravatura, sugere, injustamente, que os professores das universidades públicas são causadores de males tão graves como os que levaram àqueles movimentos.

Pois os professores das universidades públicas não são a causa do problema por aspirarem à manutenção do direito previdenciário de aposentadoria integral equivalente à sua última remuneração. Esse direito lhes foi assegurado por lei. Em face dele, eles abriram mão de melhores salários para se dedicarem a um trabalho necessário e estratégico para o país. Esses honrados cidadãos, que merecem respeito e reconhecimento, estão diante de uma proposta que subtrai as expectativas em que confiaram.

Com a enorme contribuição dos professores das nossas universidades públicas, hoje temos uma infra-estrutura acadêmica invejável. Temos a capacidade de pensar e de encontrar soluções para muitos dos problemas nacionais graças a brasileiros bem formados em engenharia, biologia, física, matemática, sociologia e muitas outras áreas do conhecimento. Gigantes tecnológicos como a Embra-

pa, Embraer, Petrobras são fruto de nossas universidades públicas.

A Previdência Social tem por objetivo garantir um importante direito. Ao se assegurar esse direito a seus cidadãos, é à nação como um todo que se beneficia. A reforma da Previdência só pode ser justificada pelo objetivo de aprimorar seu funcionamento, no sentido de prover uma aposentadoria digna. Pode ser que seja necessário reformar a Previdência no Brasil -isso ainda precisa ser demonstrado. Estudos do Ipea mostram que a tendência de crescimento dos benefícios além da sustentabilidade existe no regime de previdência geral (INSS), e não no sistema de previdência do servidor público ("Textos para Discussão", nº 690, 12/1999). No entanto a reforma em pauta atinge os servidores públicos. Por quê? Para quê?

No Congresso é preciso que se pense nos efeitos que a proposta trará para o futuro do serviço público. Em especial, é preciso que se pense nas pessoas que vêm fazendo as nossas boas universidades públicas. Nossos professores merecem ter respeitados os seus direitos e suas expectativas de direitos. Se aprovada a proposta do governo, a nova lei terá efeitos que comprometerão o avanço científico e tecnológico que o país tem experimentado nos últimos anos: o desestímulo ao ingresso de novos e talentosos docentes nas instituições públicas de ensino e pesquisa, que se seguirá a uma onda de aposentadorias, inclusive precoces, causadas pela ausência de dispositivos de transição justos que assegurem direito pelo tempo já trabalhado, pela drástica redução prevista do valor da aposentadoria e pela ausência de uma regulamentação tranquilizadora da aposentadoria complementar.

No mundo contemporâneo, o desenvolvimento das nações é dependente do conhecimento e da educação. A curtíssimo prazo, uma reforma da Previdência visando gerar caixa pode até aliviar as despesas do Estado, mas, a médio e a longo prazos, seus efeitos, em especial sobre a universidade pública, trarão prejuízos irrecuperáveis ao desenvolvimento socioeconômico do país.

■ Carlos Henrique de Brito Cruz, 46, físico e engenheiro de eletrônica, é reitor da Unicamp.

Artigo reproduzido da Folha de São Paulo  
Edição de 20 de junho de 2003.

Charge de autoria do jornalista Ricardo Borges.

RBorges





# Escamoteação da verdade

ALUÍZIO ALVES

As reformas da Previdência e do sistema tributário são indispensáveis para que o Brasil retorne ao processo de desenvolvimento. Mas nada pode justificar a escamoteação da verdade. Nada justifica que se prive a população e, particularmente, o Congresso Nacional de informações verdadeiras que ensejariam, na reforma da Previdência, a adoção de alternativas que foram repelidas sumariamente pelo governo.

Deputado constituinte em 1946 e membro da legislatura que se seguiu, fui o relator da Lei Orgânica da Previdência Social. Desde 1948 venho acompanhando, com interesses e preocupações, os desdobramentos do sistema previdenciário no Brasil. Há alguns fatos que, infelizmente, o atual governo ou esqueceu ou, deliberadamente, omitiu:

1) Os antigos servidores públicos efetivos, vinculados ao antigo Ipase, criado no governo de Getúlio Vargas, contribuíram, mensalmente, com 5% e depois 6% dos seus vencimentos, cabendo ao governo igual contrapartida. Os que estão vivos não representam mais de 2% dos servidores civis da União. Entretanto o Ministério da Previdência afirma e divulga, pelos meios de comunicação, que esses servidores se aposentaram sem nada contribuir;

2) O regime militar, desde a emenda constitucional no 1, de dezembro de 1969, mesmo realizando concurso público, só admitia servidores civis para empregos regidos pela CLT. Exceção apenas para os membros da carreira diplomática, Receita Federal, Polícia Federal, Poder Judiciário e Ministério Público. Todos, historicamente, contribuíram com 8% sobre seus vencimentos e, na maioria dos casos, a União recolhia a sua parte. Depois a contribuição foi elevada para 9% e, mais tarde, para 11%.

3) Em 1985, quando se instalou a Nova República, com o fim do regime militar, os servidores civis da União regidos pela CLT eram aproximadamente 92% do universo de funcionários. Mesmo antes de ser promulgada a Constituição, em 1988, em pleno processo constituinte, organizei comissão de juristas e técnicos de alto nível, para elaborar o que veio a ser o Regime Jurídico Único. A Constituição



estabilizou os servidores celestiais com mais de cinco anos de serviço de emprego, com exceção dos professores universitários, somente contemplados com a estabilidade e a sua conversão em funcionários efetivos com a vigência do regime único.

O governo Sarney deixou pronto o projeto de lei do regime único, mas o presidente Collor adiou o quanto pôde seu envio ao Congresso.

4) Uma das mais deploráveis omissões nesse processo de discussão da reforma da Previdência é a de que o governo em momento nenhum divulgou o montante da renúncia fiscal de recursos da Previdência. Por fim, o ministro, interpelado pelo senador Garibaldi Filho, no Senado, constrangidamente revelou a cifra anual, para a perplexidade de todos, que é de R\$ 10 bilhões.

5) A proposta de contribuição dos atuais inativos é algo perverso. O Congresso por quatro vezes rejeitou projetos de lei, e o Supremo Tribunal Federal, em decisão de uns seis anos atrás, considerou-a inconstitucional.

6) O governo, em sua proposta de reforma da Previdência, esqueceu completamente a questão dos débitos e sua execução. Por quê? Por que o governo não propôs a fixação de um rito sumário, preservado o contraditório da defesa, para execução desses débitos? Dinheiro que pertence ao sistema previdenciário. Por que o governo não propôs a li-

mitação temporal para a vigência das liminares e cautelares concedidas pelos juízes, ao mesmo tempo estabelecendo prazos mais curtos para o julgamento final dessas ações?

Por que o governo, tanto no texto da reforma da Previdência quanto no parecer do deputado Maurício Rands (PT-PE), dá uma interpretação autoritária, controvertida e desumana ao direito adquirido, ignorando uma tradição que se implantou no país desde os primórdios da República? Por que o governo não respeitou o direito adquirido dos que se aposentaram e que, agora na velhice, doentes, têm a perspectiva de redução dos seus proventos?

Há uma questão até hilariante no parecer do deputado Maurício Rands. Ele propõe, em seu parecer, que a remuneração máxima, intransponível, no âmbito da União, seja a de ministro do Supremo Tribunal Federal. Mesmo na circunstância de uma cumulatividade constitucional. Então, como é que fica a situação do ministro do Supremo que tem uma aposentadoria, constitucional, ética e legal, como professor universitário? Será cassada essa aposentadoria? Mesmo que o ministro tenha, por 30 anos, contribuído para desfrutar dela?

Com a minha experiência de vida, lutas, sonhos e desencantos, faço, aqui, o meu repito: apoio não é escravidão, submissão. Apoiemos as reformas. Mas não abdicuemos do direito de emendá-las no que seja necessário para o bem do país e a paz da sociedade brasileira. Que se faça justiça e não se crie, mais uma vez, um clima de ressentimentos e ódios que nada constrói. Que se pense, inclusive para repor a verdade, numa fase de transição entre servidores com mais de 50% de tempo para se aposentarem e aqueles que, por terem menos tempo no serviço público, possam ainda buscar a alternativa de uma previdência privada complementar.

■ Aluízio Alves, 81, advogado, foi redator da "Tribuna da Imprensa", governador do Estado do Rio Grande do Norte, pelo MDB (1961-1966), e ministro da Administração (governo José Sarney) e da Integração Regional (governo Itamar Franco).

Artigo reproduzido da Folha de São Paulo  
Edição de 1º de junho de 2003.

Charge de autoria do jornalista Ricardo Borges.

## QUADRO DE INDICATIVO DE GREVE DO SETOR DAS IFES

ATUALIZAÇÃO COM INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS SEÇÕES SINDICAIS ATÉ ÀS 17H DO DIA 27 DE JUNHO

SEÇÃO SINDICAL		SIM	NÃO
01	ADUA - Seção Sindical dos Doc. da Univ. do Amazonas	8/7 - SIM	
02	ADUFAC - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. do Acre	8/7 - SIM	
03	ADUFPA - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. do Pará		8/7 - NÃO
04	ADFCAP - Seção Sindical dos Doc. da Fac. C. Agrárias do Pará		
05	ADUNIR - Seção Sindical dos Doc. da Fund. Univ. Fed. de Rondônia	SIM	
06	SESDUF-RR - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. de Roraima	8/7 - SIM	
07	SINDUFAP-SEÇÃO SINDICAL - Seção Sindical dos Docentes da UNIFAP	8/7 - SIM	
08	APRUMA - Seção Sindical dos Doc. da Univ. do Maranhão	8/7 - SIM	
09	ADUFPI - Associação dos Doc. da Univ. Fed. do Piauí	8/7 - SIM	
10	ADUFC - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. do Ceará	8/7 - SIM	
11	ADUFPB - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. da Paraíba		
12	ADUFCG - Seção Sindical dos Docentes da Univ. Federal de Campina Grande.	8/7 - SIM	
13	ADUC - Seção Sindical dos Doc. Universitários de Cajazeiras		
14	ADUFPB-PATOS - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. da Paraíba - Patos	NAO DELIBEROU	
15	ASDESAM - Seção Sindical dos Doc. da ESAM		
16	ADURN - Seção Sindical da ANDES-SN dos Doc. das IFES	8/7 - SIM	
17	ADUFEPE - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. de Pernambuco	8/7 - SIM	
18	ADUFERPE - Seção Sindical dos Doc. Da Univ. Fed. Rural de Pernambuco	JÁ APROVAMOS A GREVE PARA 25/6	
19	ADUFS - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. de Sergipe	SIM	
20	ADUFAL - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. de Alagoas	NAO DELIBEROU	
21	APUB - Seção Sindical dos Professores da Univ. da Bahia	AG DO DIA 1º/7 DELIBERARA	
22	ADUnB - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Brasília	8/7 - SIM	
23	ADUFG - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. de Goiás	8/7 - SIM	
24	ADCAC - Seção Sindical dos Doc. do Campus de Catalão - UFG		NAO
25	ADCAJ - Seção Sindical dos Doc. do Campos Avançado de Jataí	NÃO DELIBEROU	
26	SINDCEFET-GO - S. Sínd.l dos Docentes do CEFET-GO	SIM	
27	ADUFMAT - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. de Mato Grosso	8/7 - SIM	
28	ADUFMAT-ROO - Seção Sindical de Rondonópolis	INDICATIVO DE GREVE SEM DATA	
29	ADOURADOS - Seção Sindical dos Doc. da UFMS - Campus de Dourados		
30	ADUFMS - Seção Sindical dos Doc. Da Univ. Federal de Mato Grosso do Sul	8/7 - SIM	
31	ADUFU - Seção Sindical dos Doc. Da Univ. Fed. De Uberlândia	8/7 - SIM	
32	ADFMTM - Seção Sindical dos Doc. da Fac. Med. Triângulo Mineiro		
33	APUBH - Seção Sindical da ANDES-SN Univ. Fed. de Minas Gerais	8/7 - SIM	
34	SINDCEFET-MG - Seção Sindical dos Doc. do CEFET-MG	25/6 - SIM	
35	APESJF - Seção Sindical - Associação dos Prof. Ens. Sup. Juiz de Fora.	SIM	
36	ASPUV - Seção Sindical dos Profs. da Univ. Fed. de Viçosa	SIM	
37	ADUFLA - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Lavras		8/7 - NÃO
38	APROFEI - Seção Sindical dos Doc. da Esc. Fed. de Eng. de Itajubá		8/7 - NÃO
39	ADUFOP - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. de Ouro Preto	NÃO DELIBEROU, MANTEVE O INDICATIVO	
40	ADFUNREI - Associação dos Doc. da Fund. de Ensino Superior São João Del Rey	NÃO DELIBEROU	
41	SINDEFOA - Seção Sindical dos Doc. da Escola de Farmácia e Odont. Alfenas	8/7 - SIM	
42	ADUFES - Seção Sindical - Assoc. dos Doc. da Univ. Federal do Espírito Santo.	SIM	
43	ADUFRJ - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. do Rio de Janeiro	8/7 - SIM	
44	ADUNI-RIO - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. do Rio de Janeiro	8/7 - SIM	
45	ADCEFET-RJ - Seção Sindical dos Doc. do Centro Fed. Educ. Tecnológica	NÃO DELIBEROU	
46	ADUFF - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. Fluminense	8/7 - SIM	
47	ADUR-RJ - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro	SIM	
48	ADUFSCar - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. de São Carlos	APROVADO INDICATIVO DE GREVE SEM DATA	
49	ADUNIFESP - Associação dos Doc. da Univ. Federal de São Paulo -	AINDA NÃO DELIBEROU	
50	ADAFa - Seção Sindical dos Doc. da Academia de Força Aérea		
51	APUFSC - Seção Sindical dos Profs. da Univ. Fed. de Santa Catarina	8/7 - SIM	
52	APUFPR - Seção Sindical dos Profs. da Univ. Fed. do Paraná		8/7 - NÃO
53	SINDOCEFET-PR - Seção Sindical dos Doc. do CEFET-Pr	SIM	
54	ADUFRGS - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. do Rio Grande do Sul		NÃO
55	APROFURG - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. do Rio Grande	8/7 - SIM	
56	ADUFPel - Seção Sindical dos Doc. da Univ. Fed. de Pelotas	SIM	
57	SEDUFSM - Seção Sindical dos Doc. UFSM da ANDES-SN	SIM	

# Boletim AdufPB

Ssind. da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior - Afiliado à CUT

UFPB, João Pessoa - Paraíba

ESPECIAL: PREVIDÊNCIA EM DEBATE

Julho de 2003 - Nº 33

## Carta de Vitória

O 46º CONAD - Conselho do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior reuniu-se em Vitória/ES, no período de 27 a 29 de junho de 2003, com a presença de 51 delegados e 60 observadores, representantes de Seções Sindicais, para avaliar e atualizar os eixos de luta, o plano geral e os planos setoriais e as bandeiras de lutas do sindicato e responder ao questionamento contido no tema do evento "Reforma da Previdência: O MEDO VENCERÁ A ESPERANÇA?" com a convicção política de que direitos sociais adquiridos não podem ser restringidos, retirados, mas sim ampliados e que os serviços públicos, como dever do Estado, devem ser universalizados e não destruídos e privatizados e com a confiança de que é na luta e no enfrentamento dos desafios que se conquistam as vitórias para a classe trabalhadora.

As análises da conjuntura deixaram claro que as investidas do capital contra direitos e conquistas dos trabalhadores e contra a soberania dos povos avançam pela ação do imperialismo, em todos os continentes. Da militarização do Iraque, que coloca a perspectiva da desestabilização de todo o Oriente Médio, ao "novo plano de paz" para a Palestina, caricatura dos Acordos de Oslo, à reunião de presidentes latino-americanos (Grupo do Rio), em Cuzco, que abriu a possibilidade da intervenção militar das Nações Unidas no conflito da Colômbia, o complexo militar industrial avança com seu ímpeto contraditório de destruição das forças produtivas, buscando saídas para a crise pela força, fazendo os trabalhadores e as massas pagarem por isto por meio de uma maciça investida contra seus direitos sociais e nacionais.

A economia e a política do imperialismo se fundem com o respaldo de governos e fictícios parlamentos, como o da União Européia, e promovem medidas que ameaçam os mais desenvolvidos sistemas de seguridade social, como os de Israel, França, Alemanha e Austrália, contra as quais reagem trabalhadores do mundo inteiro.

No Brasil, aprofundam-se e avançam rapidamente os projetos de desmantelamento da seguridade social e de privatização da previdência pública com a possível regulamentação de fundos de pensão, caso o Projeto de Emenda Constitucional 40 (PEC 40) seja aprovado no Congresso. Fortalece-se, assim, um dos principais setores do capital financeirizado, em detrimento do direito à vida do nosso povo. Tudo isto, à custa de uma renúncia fiscal maior do que o orçamento de muitas nações.

O voto de esperança depositado no governo Lula, em outubro de 2002, não gerou, como se esperava, a reciprocidade que deveria ser traduzida pelas transformações sociais requeridas pela sociedade. Ao contrário, recompõem-se as políticas de desmantelamento de direitos, presentes nos governos de FHC, agora em um governo que aplica o contrário do que esperavam os trabalhadores que lhe deram o mandato. O balanço realizado,

no que concerne à política econômica, permitiu constatar que aprofunda-se a crise de desemprego - o maior índice desde 1985. A redução mínima das taxas de juros, insuficiente para as necessidades sociais e o superávit primário redimensionado para além das exigências do FMI, atendendo-se prioritariamente aos interesses dos credores e especuladores internacionais, com o pagamento da dívida externa e com o estabelecimento de cartas de intenções com o Fundo Monetário Internacional comprometem a soberania do Brasil. A implementação das políticas neoliberais, cujo cerne é a retirada de direitos dos trabalhadores, é viabilizada e aprofundada no governo Lula, com as propostas de reforma do Estado e seus desdobramentos nas reformas Previdenciária, Tributária, Política, Sindical e Trabalhista, já anunciadas em cartas de intenções enviadas ao FMI. A política econômica precedente não foi alterada, pelo contrário, foi reforçada. As reformas em curso continuarão a trazer conseqüências dramáticas, já acentuadas durante os dois governos de FHC: desemprego, perdas de postos de trabalho, trabalho informal e precário, destruição dos serviços públicos, ataques a direitos e conquistas dos trabalhadores.

No "front" externo, o Presidente Lula acaba de assinar, em 20 de junho, durante sua visita aos EUA, um comunicado à imprensa, conjunto com George Bush Jr., em que assume o compromisso de "cooperar para a conclusão exitosa" da ALCA, dentro do prazo previsto pelos Estados Unidos, em janeiro de 2005, confirmando a tendência à subserviência da nação, a inclusão subalterna do Brasil em relações internacionais, ações políticas autoritárias e anticonstitucionais que ameaçam o povo brasileiro e que conduzirão à miséria crescente das classes trabalhadoras. A ALCA é um tratado de desregulamentação e flexibilização comercial e financeira entre a maior potência econômica, cultural, midiática, científica, tecnológica e militar - os EUA e seus vizinhos, para enfrentar a concorrência européia e asiática, que abre a porta para um vasto plano de colonização econômica, política e militar da América Latina pelos EUA. O 46º CONAD exige a retirada do Brasil das negociações da ALCA, e a realização de um plebiscito oficial.

A Reforma Agrária não avança, o que tem exigido do MST lançar mão de seu tradicional instrumento de luta, a ocupação de terras, para exigir que famílias sejam assentadas e suas condições de vida digna asseguradas, ao que respondem os grandes latifundiários com ameaças de repressão ilegal e morte, anunciando-se mais uma tragédia no campo, nas proporções dos assassinatos de El Dorado dos Carajás, Corumbiara e outros.

A política educacional também não está demonstrando mudanças de rumo, o que é notório na continuidade da política que instituiu o sistema nacional de certificação e formação continuada dos professores, na reedição do "Provão" para os estudantes dos cursos de li-

cenciatura, e a instituição de gratificações de produtividade para professores de educação básica, de acordo com os resultados no Exame Nacional de Cursos. Tal política educacional também não se diferencia das do governo anterior em outros aspectos como o fortalecimento das IES privadas, via alocação de verbas públicas para essas IES, seja por meio de bolsas para estudantes que participarem do programa "Brasil Alfabetizado", seja por meio de convênios com as IES privadas para formação de professores; ampliação de vagas para as IES públicas via Educação a distância, corte de 60% de verbas para IES públicas; manutenção do Provão, ENEM e SAEB; manutenção do PQI; manutenção do Decreto 2,208 e da Lei 9192/95 - de escolha de dirigentes. Com a aprovação da reforma da Previdência, será decretado um ataque frontal à universidade, que vem lutando, nos últimos anos, contra a Lei do Emprego Público, contra a sua privatização, contra os baixos investimentos.

A isto o ANDES-SN responde lutando e atualizando, divulgando, difundindo a sua PROPOSTA PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA onde a defesa intransigente da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada é prioridade de nossa luta.

Frente à intransigência do governo Lula de manter tramitando a "Reforma" contida na PEC 40, que introduz definitivamente a previdência complementar privada e abre o caminho da privatização integral da previdência, estabelece um vasto terreno para a rapina das seguradoras, colocando sob as perversas "leis" do mercado financeiro especulativo o presente e o futuro da classe trabalhadora, reagimos juntamente com as demais entidades de classe, e realizamos o ato do dia 11 de junho de 2003, em Brasília, com 40 mil pessoas protestando contra a reforma e exigindo a retirada da PEC 40, como condição para negociação para ampliar direitos. Apelo ao qual o governo Lula mostrou-se indiferente, mantendo também o constrangimento imposto a parlamentares com tradição de luta e fidelidade aos interesses da classe trabalhadora.

Em carta enviada ao FMI, em 28/5/03, assinada por Antônio Pallocci, Ministro da Fazenda e Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, o governo brasileiro deixa evidente suas pretensões de manter estreito diálogo com o FMI e disposição para adotar medidas adicionais, conforme necessidades para atingir os objetivos de: cumprir a agenda que prevê aprovação da reforma da Previdência; aumentar a meta de superavit primário; assegurar a autonomia operacional do Banco Central e aprovar a nova Lei de Falências.

Nós, docentes das instituições de ensino superior brasileiras, voltamos a reafirmar nossa completa confiança de que, ao lado dos estudantes, que já declararam, no Congresso da UNE, seu apoio à luta dos docentes, ao lado dos demais trabalhadores dos serviços públicos das três esferas - municipal, estadual e federal - e também da iniciativa privada, de amplos setores da sociedade organizados, em defesa dos direitos dos trabalhadores, junto a parlamentares, intelectuais e até magistrados, vamos barrar a reforma da Previdência, na defesa da previdência social pública, universal, solidária e por repartição.

Portanto, as condições políticas gerais, os atos e mobilizações realizados nos seis últimos meses, em todo o país, esclarecendo a população sobre os impactos das

reformas propostas pelo governo Lula, pactuadas com o FMI, bem como as conseqüências das medidas de contenção de investimentos nos serviços públicos, no pífio reajuste salarial de 1% + R\$ 59,86 na política salarial, nos apontam o passo seguinte na nossa luta que representa um patamar superior do enfrentamento da política de destruição de direitos - a deflagração da greve dos servidores públicos, por tempo indeterminado, indicada para o dia 8 de Julho de 2003. A esperança depositada nas urnas converte-se em convicção política para a luta em defesa de direitos e conquistas de toda a classe trabalhadora.

O 46º CONAD avaliou ser necessário exigir da CUT o seu inequívoco apoio à greve, no respeito à autonomia e independência sindical, em face dos governos e dos partidos políticos, bem como do respeito à soberania das assembleias e fóruns dos servidores; posicionou-se contrário a ações que dividam a classe trabalhadora, e que tenham como objetivo enfraquecer o movimento sindical combativo, recompor práticas pelegas, corporativistas e atrasadas entre os servidores públicos, e ganhar espaços para negociações setoriais, pessoais e de interesse duvidoso junto aos governos, como a iniciativa de fundação da autodenominada CUSP - Central Única dos Servidores Públicos.

Não concordamos com a deliberação do último CON-CUT acerca da reforma previdenciária, nem com a nota da executiva nacional que defende o teto previdenciário e a previdência complementar, mas nossa divergência não é motivo para semear a divisão entre os trabalhadores.

Reconhecemos a CUT como a única entidade que ainda tem condições de unificar e dirigir as organizações sindicais dos trabalhadores, na defesa e conquista de seus direitos. Por isso, chamamos a CUT a unificar os trabalhadores brasileiros, na trilha aberta pelos trabalhadores franceses, que colocaram na rua 3 milhões de trabalhadores contra uma reforma da previdência, que restringe direitos e pelos trabalhadores de outros países que lutam no mesmo sentido. A CUT está chamada a ocupar seu lugar estratégico na luta sindical e cumprir as tarefas do sindicalismo classista, independente e autônomo que, na atual conjuntura, assumem um caráter necessário, urgente e vital. O papel da CUT, independentemente das diferenças de apreciação que existem entre as entidades, é o de edificar a unidade imprescindível para que se retire o PEC 40/03, apolar e expandir a greve convocada para 8 de julho de 2003, barrar a pretensão do capital de fazer dos países endividados os financiadores da guerra e, fazer dos direitos duramente conquistados, em anos de luta, fonte de lucros do capital especulativo.

O 46º CONAD do ANDES-SN reafirma a sua disposição e confiança na luta unificada dos trabalhadores contra a reforma da Previdência, pela retirada da PEC 40/2003, por negociações que garantam a previdência social pública, universal, solidária e por repartição e em defesa dos direitos e conquistas duramente obtidas pelos trabalhadores do setor público e privado.

**GREVE ATÉ A VITÓRIA! A LUTA É PARA VENCER!  
TODOS À GREVE  
PELA RETIRADA DA PEC 40**

# Boletim ADUFPB

Ssind. da ANDES - Sindicato Nacional dos  
Docentes de Ensino Superior - Afiliado à CUT

UFPB, João Pessoa - Paraíba

Julho de 2003 - Nº 35

## Veja como a reforma vai afetar os atuais e futuros aposentados

Para garantir sua sobrevivência e a de sua família, os futuros aposentados das IFES terão que contribuir para fundos de pensão ou buscar outras formas de poupança ou aplicação de recursos, caso seja fixado em R\$ 2.400,00 o teto para aposentadorias no serviço público, como pretende o governo. Além disso, como até agora não foram definidas regras para reger os fundos de pensão, resta a dúvida de saber até que ponto vai a confiabilidade desses fundos e a capacidade gerencial dos seus gestores. Em outras palavras: os proventos complementares vão ser reféns dos humores dos mercados. E, como se isso não bastasse, ainda há a questão do teto, que embora corresponda atualmente a dez salários mínimos não estará vinculado ao reajuste anual desse salário, o que significa dizer que o teto de aposentadoria não será sempre de dez salários mínimos.

### Contribuição dos inativos

De acordo com a proposta do governo, os professores já aposentados e os que vierem a se aposentar com os atuais direitos adquiridos terão que contribuir com 11% dos proventos que excederem R\$ 1.058,00, o que vai reduzir o valor dos benefícios que recebem ou receberão. Essa é a quinta vez que proposta desse tipo é apresentada e todas as outras quatro foram barradas pelo STF, sendo a última delas a PEC. 136, que ainda está em tramitação. Como já aconteceu anteriormente, presume-se que um grande número de ações e de mandados de segurança será implementado na justiça para impedir que se efetive essa aberração.

A tabela abaixo mostra que quanto mais baixo o salário do servidor, tanto maior é a carga tributária que pretendem impor.

Situação atual		Situação com a 'Reforma'			Variação da carga tributária
Aposentadoria	Imposto Renda	Contrib. previd.	Base tributária	Imposto Renda	
1.200,00	21,30	15,62	1.184,38	18,96	+ 62,33 %
3.000,00	401,92	213,62	2.786,38	343,17	+ 38,53 %
5.000,00	951,92	433,62	4.566,38	832,67	+ 33,03 %
10.000,00	2.326,92	983,62	9.016,38	2.056,42	+ 30,65 %

OBS. A contribuição previdenciária para os servidores que estão na ativa e se aposentarem pelo novo sistema vai incidir sobre o teto de contribuição. Por outro lado, os futuros servidores não estarão sujeitos ao desconto, tendo em vista que os seus proventos de aposentadoria e pensões não vão poder ultrapassar o teto de contribuição.

### Pensões reduzidas

O governo está propondo também a redução das futuras pensões para 70% dos proventos do servidor falecido. Serão regulamentados posteriormente os casos em que o valor da pensão for inferior a 70%.

## Adeus à aposentadoria proporcional

Quem ingressou no serviço público antes de 1998 tem direito à aposentadoria proporcional, e quem fizer jus à proporcionalidade quando passar a vigorar a nova emenda constitucional vai poder se aposentar com proventos parciais vinculados ao salário da ativa.

Só que, nesse caso, o tempo

para computar a proporcionalidade vai ser contado até a data da publicação da emenda. Assim, se um servidor, ao completar 33 anos de trabalho dos 35 exigidos para a aposentadoria integral, decidir permanecer na ativa por mais um ano, totalizando 34 anos de serviço, terá seu tempo contado somente até 33/35 anos.

### IDADE-LIMITE PARA APOSENTADORIA

Quem completar tempo de aposentadoria e atingir a idade mínima, ou seja, 53 anos para homens e 48 para mulheres, vai poder se aposentar mas os proventos serão reduzidos pelos percentuais indicados na tabela abaixo, de acordo com o que reza a nova emenda.

	Idades (em anos)						
	59	58	57	56	55	54	53
Homens	59	58	57	56	55	54	53
Mulheres	54	53	52	51	50	49	48
Redutor	5 %	10 %	15 %	20 %	25 %	30 %	35 %

**Veja como a reforma vai afetar os atuais e futuros aposentados**

## Integralidade e paridade quebradas

Serão mantidas a integralidade e a paridade para quem já está aposentado e para quem adquirir o direito à aposentadoria integral ou proporcional até a data em que a emenda entrar em vigor. Entretanto, as regras mudam para os demais servidores, pois a aposentadoria será calculada de acordo com as remunerações usadas como base para cálculo das contribuições recolhidas para os regimes de previdência (do servidor público e do INSS). Os critérios e as formas serão definidos posteriormente.

Os proventos de aposentadoria serão reajustados anualmente de acordo com índices estipulados pelo governo, mas que não terão necessariamente nenhuma relação com o índice de reajuste dos servidores da ativa.

Os servidores atualmente em atividade só terão direito ao teto de R\$ 2.400,00 se fizerem a opção pelo regime de previdência complementar ainda a ser instituído. Tudo leva a crer que haverá os mais variados estímulos para que o servidor opte pela comple-

mentaridade, como sendo muito bom o novo regime, enquanto serão impostas as mais variadas dificuldades para manutenção do sistema anterior.

O governo vai usar a quebra da paridade como principal dispositivo para acabar com as aposentadorias dos servidores que não tiverem como se aposentar até a data em que a emenda entrar em vigor, porque é exatamente daí que ele pretende retirar o dinheiro para cobrir, a longo prazo, o que chama de "déficit da previdência".

### EXEMPLIFICANDO

■ Um professor que trabalhou dez anos como auxiliar, com um salário de R\$ 1.300,00, dez anos como assistente, com mestrado e salário de R\$ 2.600,00 e dez anos como adjunto, com doutorado e salário de R\$ 4.200,00, aposenta-se, pelas regras de hoje, como R\$ 4.200,00. Mas se esse mesmo professor se aposentar de acordo com as novas regras vai receber somente R\$ 2.700,00, calculados pela fórmula  $[(10 \times 1.300,00 + 10 \times 2.600,00 + 10 \times 4.200,00) / 30]$ , o que quer dizer 64% do que receberia com a aposentadoria integral.

■ Num outro caso, um professor que se tornou mestre e doutor mais tarde, tendo atuado por 12 anos como auxiliar, mais 12 como assistente, com mestrado, e seis como adjunto, com doutorado, vai se aposentar com

R\$ 2.400,00  $[(12 \times 1.300,00 + 12 \times 2.600,00 + 6 \times 4.200,00) / 30]$ , ou seja, 57% dos R\$ 4.200,00 a que teria direito hoje.

Quanto mais baixos tiverem sido os salários contributivos do professor ao longo de sua vida profissional (ensino fundamental e médio ou empregos privados exercidos antes de ingressar no serviço público), maior será a redução da aposentadoria.

Caso o docente conclua o doutorado pouco antes de se aposentar o confisco será ainda maior.

Os índices de correção de salários de contribuição ao longo da vida do servidor para atualizar vencimentos recebidos 20 ou 30 anos atrás poderão ser manipulados. E é possível que haja distorção dos índices que corrigem ano a ano a nova aposentadoria.

## Quadro Geral de deflagração de greve

Das 57 Seções Sindicais ligadas à ANDES, 31 SSindicais do Setor das IFES aprovaram deflagração de greve para 8 de julho.

■ 4 Seções Sindicais do setor das IFES e as três Estaduais Paulistas decidiram deflagrar a greve em 11 de agosto.

■ 6 Seções Sindicais do setor das IFES aprovaram indicativo de greve sem determinar a data.

■ 4 Seções Sindicais não deliberaram ainda sobre o assunto.

■ 7 Seções Sindicais não forneceram informações à ANDES.

■ 5 Seções Sindicais do setor das IFES estão contra a deflagração da greve: ADUFG, ADUFLA, APROEFEI, APUFPR e ADUFRGS.

■ 1 Seção Sindical do setor das Estaduais também votou contra: ADUERJ

### CONVOCAÇÃO

A Reunião das Seções Sindicais do Setor das Federais e do Setor das Estaduais, realizada em Brasília na última sexta-feira, dia 4, indicou que a ANDES convocasse o Comando Nacional de Greve para ser instalado no dia 8 de julho.

### INDICATIVO

A Assembléia Geral realizada pela ADUFEPB no último dia 2 aprovou indicativo de greve para o dia 8. Participaram da AG 270 docentes, dos quais 127 VOTARAM FAVORÁVEIS AO INDICATIVO, 32 foram contra e houve 12 abstenções.

Na mesma assembléia foram escolhidas como delegadas para a Reunião das IFES e para a plenária dos SPFs as professoras Aparecida Ramos (58 votos), Simone Elizabeth Coutinho (32 votos) e Socorro Xavier (23 votos).

## ADUF assina convênio com Unimed

A ADUFPB assinou na última sexta-feira um termo de compromisso e parceria com a UNIMED-JP, o qual permitirá que os sócios do Sindicato se associem ao plano de saúde da cooperativa de serviços médicos com uma tabela especial (Plano Empresarial). O documento foi assinado pelo presidente da ADUF, Iedo Fontes, e pelo representante da Unimed, na presença do advogado do Sindicato, Paulo Guedes, do diretor de Políticas Sociais, Homero Catão, e de outros diretores.

Ficou definido que a Unimed vai disponibilizar um funcionário para dar informações e fazer inscrições na sede da ADUF, de segunda a sexta-feira, das 7 às 18 horas. Mas quem não quiser - ou não



puder - vir ao Sindicato poderá solicitar uma visita de um vendedor à sua residência, ligando para o número 216-0400.

Informações sobre o convênio ADUFPB- UNIMED-JP podem ser obtidas com os supervisores Adeilton, e-mail [adeilton@unimedjp.com.br](mailto:adeilton@unimedjp.com.br) e telefone 9986-9762, ou Sérgio, e-mail [saraujo@unimedjp.com.br](mailto:saraujo@unimedjp.com.br) e telefone 9986-9907, ou, ainda, ligando para Ronaldo Laudelino, do Departamento de Negócios, pelo telefone 9988-0125.

A Diretoria de Políticas Sociais também está encaminhando uma carta aos associados da ADUFPB comunicando a assinatura do documento e informações básicas sobre o convênio.

### UTILIZE OS CONVÊNIOS QUE A ADUFPB FEZ PARA VOCÊ

**TREINASOFT** - Cursos de Informática, várias modalidades, para sócios e dependentes.

**UNIFISIO** - Serviços de fisioterapia, realizados por profissionais de renome na área.

**WIZARD** - Cursos de idiomas, em horários especiais e a preços também especiais.

**CCAA** - Opções de cursos de idiomas, com atenção especial para os sócios da ADUFPB e dependentes.

## Sócios da ADUFPB têm direito a desconto na academia Moby Dick

Um convênio com a Moby Dick Academia, para proporcionar aos sócios do Sindicato e aos dependentes a prática de atividades físicas em condições especiais, como desconto de 33% na taxa de matrícula, desconto de 15% na mensalidade e participação nas promoções realizadas pela academia, foi assinado pela Diretoria de Política Social da ADUFPB esta semana.

Os serviços oferecidos pela Moby Dick são avaliação física, sauna, musculação, hidroginástica em piscina térmica, ginástica aerocapoeira, natação para bebês, crianças e adultos,



dança do ventre, ginástica para crianças de 5 a 10 anos e dançoterapia para a terceira idade.

As mensalidades vão de R\$ 65,00, com livre acesso a qualquer modalidade, R\$ 55,00 natação para bebês a R\$ 45,00 para natação infantil, e em todas elas os sócios da ADUF terão desconto de 15%. O descon-

to, porém, não vale para ginástica infantil e dançoterapia para a terceira idade, cuja mensalidade é R\$ 15,00.

Localizada na avenida Alagoas, 538, bairro dos Estados, telefone 244-7112, a Moby Dick Academia funciona de segunda a sexta-feira das 7 às 21 horas e aos sábados das 7 horas ao meio-dia.

Segundo o diretor de Política Social Homero Catão, esse convênio vem se somar a outros que a ADUF já tem, todos visando a proporcionar bem-estar ao sindicalizado ou de alguma forma facilitar a sua vida.

**Mensalidade da Uniodonto passa de R\$ 11 para R\$ 14**

A taxa paga à Uniodonto será reajustada em 27,27% a partir desse mês, passando de R\$ 11,00 para R\$ 14,00.

Segundo o diretor de Política Social, Homero Catão, a ADUFPB vai continuar com o convênio, mas cabe a cada professor decidir se quer ou não permanecer com o plano. Ele lembra, porém, que a taxa



cobrada pela Uniodonto é a mais baixa do mercado, para esse tipo de serviço, de acordo com pesquisa realizada pela sua diretoria.



# Boletim ADUFPB

Ssind. da ANDES - Sindicato Nacional dos  
Docentes de Ensino Superior - Afiliado à CUT

UFPB, João Pessoa - Paraíba

Outubro de 2003 - Nº 37

## Dia do Servidor terá protestos

No dia 28 ou 29 próximo haverá uma paralisação nacional, em protesto contra a forma como o governo vem tratando o servidor público. A decisão foi tomada em reunião realizada no dia 11 último pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos. A marcha que estava programada para Brasília não será mais realizada, por falta de recursos, mas a entidade sugere que sejam organizados atos públicos em todos os estados, no dia da paralisação, além de uma concentração pela manhã na Praça dos Três Poderes, na capital federal, e à tarde no Ministério do Planejamento. As informações foram repassadas pelo diretor de Política Social, Homero Catão, que esteve em Brasília durante uma semana, na Comissão Nacional de Mobilização da ANDES.

Homero Catão participou também da reunião do Setor das IFES, no dia 10, quando foram feitos alguns encaminhamentos para a plenária dos SPF, entre as quais o retorno da inclusão da isonomia salarial na pauta de negociações e a elaboração de um calendário de lutas ten-

do como objetivo discussões sobre as reformas da Previdência, Trabalhista e Sindical.

Segundo Catão, na reunião das IFES foram aprovados alguns encaminhamentos para a ANDES, tais como: levantamento das ações judiciais ganhas pelas universidades e incorporadas aos salários dos professores, com o número exato de docentes que ganhou cada ação e qual a proporção em relação ao total de docentes de cada universidade; o cálculo e pagamento, inclusive dos valores retroativos, dos anuênios calculados desde 1998, com garantia de regularização; desenvolvimento de uma campanha pela incorporação da GAE, da GED e da GID nos valores máximos correspondentes a cada nível de titulação para todos os docentes, ativos e aposentados; campanha massiva com vistas a sensibilizar o STF quanto aos prejuízos da ADIN nº 2968, Art. 243 do RJU, para o serviço público; atualizar os índices da reposição salarial e exigir o cumprimento da EC 19.

### Incorporação da GED e da GID

Homero Catão informou ainda que a ANDES encaminhou uma pauta de reivindicações ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, solicitando, entre outros pontos, a incorporação da GED e da GID. Ele acentuou que o chefe do gabinete do ministro sinalizou que há uma grande possibilidade de que aconteça a incorporação das gratificações.

Outra solicitação da ANDES diz respeito, segundo Homero, a reabertura da Mesa Nacional de Negociação, para que a Comissão Nacional de Mobilização possa retomar as negociações sobre as questões trabalhistas que dizem respeito aos professores. A pauta foi encaminhada pelo chefe de gabinete do ministro ao gabinete do Presidente da República.

## ASSEMBLÉIA GERAL

A ADUFPB/Seção Sindical convoca todos os associados para a Assembléia Geral que vai realizar no dia 22.10.2003, às 9 horas, no Auditório da Reitoria.

### PAUTA

1. INFORMES • 2. MANDADO DE SEGURANÇA  
CONTRA A COBRANÇA DE ANUÊNIOS • 3. 47º CONAD

### Missa por professora será sábado

A missa de sétimo dia pela professora Marta Cristina Farias Bandeira será no próximo SÁBADO, 18, às 19h30min, na igreja do bairro de Miramar. A professora Marta, quer era lotada no CE e trabalhava na Creche-Escola, morreu no último sábado e foi sepultada no domingo. Membro do Conselho de Representantes da ADUFPB, ela participou intensamente das atividades políticas do Grupo ADUFPAratodos nos últimos anos.

### 15 DE OUTUBRO

ADUFPB homenageou professores com faixas no campus da UFPB

## Informes Jurídicos

### 1) Precatório 16,19% - Situação em 15/10/2003

Ainda se encontra pendente de apreciação a impugnação dos cálculos referentes ao processo. O servidor do setor de cálculos da 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa prestou as informações solicitadas pela Juíza Titular da Vara. Em seguida, a mesma Juíza determinou que fossem ouvidos a UFPB e a ADUFPB sobre a impugnação apresentada. O prazo da ADUFPB termina no dia 22 de outubro. Estamos elaborando a impugnação e acreditamos que a impugnação da UFPB/AGU será rejeitada, com possibilidade de o numerário ser disponibilizado até o final do ano - prazo legal para pagamento dos valores que foram objeto do precatório.

### 2) FGTS - PRIMEIRO GRUPO Situação em 15/10/2003

Foi publicada a sentença rejeitando os Embargos à Execução movidos pela Caixa Econômica Federal, contra a ordem judicial de pagar quatro índices de conversão das contas vinculadas dos docentes substituídos nesta ação.

A CEF tem até o próximo dia 24 para interpor o recurso de apelação. Aguardamos o prazo legal para em seguida apresentar, concomitantemente, as contra-razões (resposta se realmente houver a interposição) ao recurso e requerimento para o depósito imediatado dos valores apurados pela ADUFPB. O recurso eventualmente interposto pela CEF não interrompe o andamento da execução, mas subirá para apreciação do TRF da 5ª Região (em Recife), ficando para ser apreciado pelo Juiz da 1ª Vara Federal da Paraíba (aqui em João Pessoa) o nosso pedido de depósito dos valores da condenação.

### 3) 28,86% - PRIMEIRO GRUPO Situação em 15/10/2003

Ainda se encontram pendentes de julgamento, tanto a ação rescisória ajuizada pela União perante o Supremo Tribunal Federal como os Embargos à Execução opostos pela UFPB perante a 2ª Vara Federal. Aquele processo fora redistribuído para o Ministro Pelluzo, do qual aguarda-se a decisão final. Há informações de que o setor contábil da Justiça Federal está analisando os argumentos apresentados pela UFPB, a fim de emitir um parecer para o Juiz da 2ª Vara Federal da Paraíba, Dr. Alexandre Luna Freire,

que dará a decisão final em 1ª Instância.

### 4) 84,32% - Situação em 15/10/2003

A assessoria Jurídica da ADUFPB esteve no Escritório da Assessoria Jurídica Nacional na última sexta-feira, tendo tomado conhecimento de que está pronta a minuta da ação rescisória a ser ajuizada pelo Sindicato perante o TST. Nos próximos dias deverá estar chegando a cópia a esta Entidade Sindical. A referida ação visa a resgatar o direito dos docentes ao percentual de 84,32%. Embora não seja fácil, será feita a tentativa, utilizando os meios processuais disponíveis, em atendimento aos reclames da categoria, bem como ao contrato firmado com o escritório Alino & Roberto e Advogados Associados.

### 5) 3,17% - Situação em 15/10/2003

O Juiz que conduz a execução desse processo, Dr. João Bosco, da 1ª Vara Federal da Paraíba, solicitou ao setor contábil da Justiça Federal que apresente parecer no sentido da existência ou não de implantação do percentual de 3,17% nos contracheques dos substituídos, a partir de janeiro de 2002. As informações solicitadas se basearam na MP no 2225-45, que previu a implantação administrativa do aludido percentual nos vencimentos de todos os servidores públicos. Aguarda-se o parecer mencionado, certificando a inexistência da implantação, para a devida elaboração dos cálculos das diferenças salariais retroativas ao ano de 1995.

### 6) ANUËNIOS

Na semana passada, o Diretor da ADUFPB, professor Homero Catão, participou de reunião com o Controlador Geral da União, ministro Waldir Pires, a fim de tratar dos descontos determinados nos vencimentos dos docentes, referentes a anuênios. Naquela reunião, a que também estiveram presentes os representantes do Sintesp e o Reitor Jader Nunes de Oliveira, restou pacificado o entendimento de que não seria necessário o desconto procedido pela UFPB. A ADUFPB enviou ofício ao Reitor solicitando que a UFPB se abstenha de proceder os descontos. Aguardamos uma definição até o final dessa semana para, caso não seja acolhida a pretensão do sindicato, impetrar imediatamente um mandado de segurança coletivo em favor dos associados.

## Sugestões da ADUFPB para a Previdência são acatadas por senador

O senador Efraim Morais enviou correspondência ao presidente da ADUFPB, Iedo Leite Fontes, registrando o recebimento de documento em que este propunha modificações na PEC 67/2003. Na carta o senador paraibano agradece as sugges-

tões e afirma que elas lhe forneceram subsídios para a sua atuação parlamentar, enfatizando que apresentou algumas emendas que julga de relevância para a estruturação do sistema previdenciário.

As propostas encaminhadas pelo

presidente da ADUF foram no sentido de que, na impossibilidade de isentar os aposentados do desconto para a Previdência, o teto fosse aumentado para R\$ 3.200,00 e que a previdência complementar seja administrada somente por bancos estatais.

# Jubileu de Prata da ADUFPB vai ser comemorado dia 25 na Sede Sociocultural

Os 25 anos da ADUFPB serão comemorados no próximo dia 25, na sede social, com uma grande festa, exclusiva para sindicalizados e familiares, além de convidados da diretoria. Estão programados para esse dia, homenagem a todas as diretorias que atuaram desde a fundação do sindicato e aos ex-presidentes falecidos, bem como homenagem aos funcionários da ADUF, apresentação do Quinteto Ita-coatiara, coquetel e música dançante.

O ingresso à festa se dará mediante senha,

**ADUFPB** 25  
Seção Sindical da ANDES-SN  
Anos

que será distribuída na próxima semana na sede central da ADUF, entre os dias 20 e 24.

Os diretores acreditam que todos os associados se integrarão à comemoração, por se tratar de uma data muito significativa para os

docentes. Afinal, não é todo dia que se comemora o Jubileu de Prata de uma entidade. E ainda mais se tratando de uma entidade como a ADUFPB, que tem uma história de lutas e conquistas reconhecida por toda a sociedade paraibana.



## Abertas inscrições para o Sede de Leitura

A ADUFPB abriu as inscrições para a próxima edição do **Projeto Sede de Leitura**, que deverá ocorrer quando do lançamento do número 9 da revista *Conceitos*, no dia 21 de novembro próximo.

Os professores interessados em lançar livros ou expor trabalhos de artes plásticas devem procurar Maria da Guia, na recepção da ADUF, para preencher a ficha de inscrição. Para quem vai lançar livro é necessário deixar um exemplar, que será usado para divulgação e depois integrará a biblioteca do sindicato.

## Bar vai voltar a funcionar semana que vem

O bar da sede sociocultural voltará a funcionar a partir do próximo dia 26, um domingo, sob nova direção. A partir daí o bar ficará funcionando às sextas-feiras, das 17 às 22 horas, com música ao vivo, e aos sábados e domingos das 9 às 17

horas. Os sócios do sindicato e seus convidados disporão de bebidas variadas, sucos, refrigerantes e tiragostos a preços atraentes.

Segundo o presidente Iedo Fontes, ficará a cargo de músicos do Departamento de Música da UFPB animar as sextas, sábados e domingos na sede social. Iedo considera que além de proporcionar momentos agradáveis aos associados a ADUF estará valorizando a "prata da casa", fazendo uma parceria com os inúmeros talentos de que a universidade dispõe. "Esperamos que os professores comprem a idéia e participem, para que possamos manter o bar em funcionamento", acentuou.

Com a abertura do bar, a diretoria espera que a frequência dos sindicalizados aumente no final de semana, pois a piscina estará aberta durante todo o dia, inclusive com um estagiário de Medicina para os exames de praxe.



## A valorização da condição docente e a UFPB

A comemoração do Dia do Professor ganha, com o passar do tempo e depois de sucessivos governos, conotações preocupantes. As razões são bastante conhecidas, e vão desde a pauperização do sistema de ensino, através do sucateamento das instituições públicas, até o achatamento salarial intensificado pelo atual Governo Federal.

As reformas constitucionais priorizadas pelo governo Lula fizeram crescer a demanda pela aposentadoria de milhares de professores nas Universidades Públicas. As universidades do setor privado agradecem a colaboração do atual governo, já que muitos dos pesquisadores deverão migrar das instituições públicas para as privadas, em função do achatamento salarial e das precárias condições de trabalho.

No plano local, alguns acontecimentos recentes intensificaram a situação de desconforto vivida pelos docentes da UFPB. A Universidade se nega a ser gerenciada por grupos oligárquicos locais, e por essa razão sofre com a estigmatização de parte de alguns setores da sociedade. É preciso lembrar, no entanto, que a UFPB é um patrimônio do povo paraibano e por isso deve ser preservada.

Configura-se, para um horizonte próximo, uma disputa entre instituições públicas e privadas, já prenunciadas por anúncios publicitários e matérias veiculados nos jornais locais. É o caso da publicação de matéria jornalística pelo Correio da Paraíba, na edição de 28 de setembro deste ano, cuja manchete de primeira página decretava: "Quase metade dos alunos não aprende conteúdos na UFPB". A notícia teve como base o relatório de uma avaliação realizada pela reitoria, através da Pró-Reitoria de Graduação.

Não se trata aqui de desconsiderar a im-

portância da avaliação docente, mas a metodologia adotada não condiz com o meio acadêmico em que foi empregada. Faltaram uma análise mais abalizada e contextualizada e uma divulgação criteriosa e procedente dos dados obtidos. Da maneira como está redigido, o relatório passa a ser mais uma punhalada na dignidade docente da UFPB.

É fundamental entender que uma avaliação criteriosa deve ser seguida de soluções imediatas. Se em um dos pontos o professor é tido como pouco atencioso no atendimento fora da sala de aula, não seria mais oportuno verificar se faltam espaços para tal finalidade? Difícil não falar em demagogia quando a administração sugere que o controle da assiduidade e pontualidade dos docentes seja transferido para os alunos. Se não existe controle sobre o problema é por pura omissão administrativa.

Campeia na UFPB uma mistura de falta de vontade política e inapetência administrativa. As avaliações dos docentes proliferam no plano nacional e no local, mas faltam as condições mínimas para que os professores possam mostrar sua produção.

É nesse sentido que saudamos os docentes da UFPB, em particular, e os demais professores brasileiros, e nos solidarizamos com essa categoria que no geral trabalha em condições adversas e com salários indignos. A ADUFPB acredita no engajamento da sociedade paraibana nessa luta de valorização da condição docente e na defesa da UFPB como patrimônio de todos os paraibanos.

João Pessoa, 15 de outubro de 2003.

**A DIRETORIA EXECUTIVA**



## Docentes vão ao reitor apelar para que precatório seja pago

Os professores da UFPB foram na manhã de quarta-feira, 26, ao gabinete do reitor Jader Nunes para exigir uma posição da reitoria quanto ao pagamento do precatório de 16,19%, cujos valores já estão disponíveis e autorizados pela Justiça do Trabalho, de acordo com sentença da juíza titular da 1ª Vara Federal, Margarida Alves de Araújo. A decisão de ir ao reitor foi tomada numa assembléia das mais movimentadas, convocada pela ADUFPB, que estava sendo realizada no auditório da reitoria.

O processo que trata do pagamento desse precatório tramita na justiça desde 1994, e depois de vários recursos de ambos os lados a juíza Margarida determinou "o pagamento do crédito aos substituídos, sobre os quais não pairam dúvidas a respeito de suas condições e direitos".

O reitor Jader Nunes garantiu que não tem poder para impedir um novo recurso, mas pediu que seja marcada uma

reunião com o procurador, o advogado da ADUF, Paulo Guedes, o chefe da Procuradoria Geral da União na Paraíba e a diretoria do Sindicato, a fim de discutir qual o melhor caminho a ser seguido.

O advogado Paulo Guedes afirmou que existem elementos suficientes no processo para justificar a não interposição de recurso por parte da UFPB. Caso a procuradoria recorra, poderá pagar multa por litigância de má-fé, segundo ele.

Revoltados com a situação que estão vivendo, sem reajuste salarial há muitos anos, os docentes da UFPB depositam suas esperanças de diminuir as dificuldades no recebimento de causas trabalhistas a que têm direito.

Para o presidente da ADUF, Iedo Fontes, o reitor poderia se comportar como seu colega da UFRJ, que decidiu não permitir novos recursos em processo semelhante, para evitar mais constrangimento e sofrimento à categoria docente.

## Docentes vão ao reitor apelar para que precatório seja pago

Os professores da UFPB foram na manhã de quarta-feira, 26, ao gabinete do reitor Jader Nunes para exigir uma posição da reitoria quanto ao pagamento do precatório de 16,19%, cujos valores já estão disponíveis e autorizados pela Justiça do Trabalho, de acordo com sentença da juíza titular da 1ª Vara Federal, Margarida Alves de Araújo. A decisão de ir ao reitor foi tomada numa assembléia das mais movimentadas, convocada pela ADUFPB, que estava sendo realizada no auditório da reitoria.

O processo que trata do pagamento desse precatório tramita na justiça desde 1994, e depois de vários recursos de ambos os lados a juíza Margarida determinou "o pagamento do crédito aos substituídos, sobre os quais não pairam dúvidas a respeito de suas condições e direitos".

O reitor Jader Nunes garantiu que não tem poder para impedir um novo recurso, mas pediu que seja marcada uma

reunião com o procurador, o advogado da ADUF, Paulo Guedes, o chefe da Procuradoria Geral da União na Paraíba e a diretoria do Sindicato, a fim de discutir qual o melhor caminho a ser seguido.

O advogado Paulo Guedes afirmou que existem elementos suficientes no processo para justificar a não interposição de recurso por parte da UFPB. Caso a procuradoria recorra, poderá pagar multa por litigância de má-fé, segundo ele.

Revoltados com a situação que estão vivendo, sem reajuste salarial há muitos anos, os docentes da UFPB depositam suas esperanças de diminuir as dificuldades no recebimento de causas trabalhistas a que têm direito.

Para o presidente da ADUF, Iedo Fontes, o reitor poderia se comportar como seu colega da UFRJ, que decidiu não permitir novos recursos em processo semelhante, para evitar mais constrangimento e sofrimento à categoria docente.